



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0206331-8

247

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 001.2009.155071-9

COMARCA : Recife – Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

IMPETRANTE : Yolanda Alexandrino da Silva

PACIENTE : José Nilson Martins dos Santos

RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. AMEAÇA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER. APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA. ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE. CRIME DE PEQUENO POTENCIAL OFENSIVO. DEFERIMENTO DA LIBERDADE PROVISÓRIA PELO JUÍZO DA CAUSA. SOLTURA DO ACUSADO. PERDA DO OBJETO. INTELIGÊNCIA DO ART.659, DO CPP. ORDEM PREJUDICADA.

I – Com a superveniente concessão da liberdade provisória pelo Juízo da causa, ensejando a soltura do paciente, resulta cessado o alardeado constrangimento ilegal, tendo-se por prejudicado o pedido por perda do objeto, ex vi do disposto no art.659, da Lei Adjetiva Penal.

II – Ordem prejudicada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº 206331-8, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, pela prejudicialidade do pedido por perda do objeto**, nos termos do relatório e voto anexo, que passam a integrar este aresto.

Recife, 10 de fevereiro de 2010

Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
Presidente / Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº: 0206331-8

248

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 001.2009.155071-9

COMARCA : Recife - Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
IMPETRANTE : Yolanda Alexandrino da Silva
PACIENTE : José Nilson Martins dos Santos
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

A acadêmica de Direito, **Yolanda Alexandrino da Silva** impetrou *Habeas Corpus* liberatório, sem pretensão liminar, em favor de **JOSÉ NILSON MARTINS DOS SANTOS**, qualificado na atrial (fls.02), alegando que o paciente está sofrendo violação ao seu direito de ir e vir, em razão de prisão em flagrante delito ocorrida no âmbito do processo-crime nº **001.2009.155071-9** a que responde perante o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital, acusado da prática do delito capitulado no art.147¹, do Código Penal, nos termos da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha), contra **Taise Aparecida Girardi Bertussi**.

Em suas razões, a impetrante argumenta que se trata de crime de menor potencial ofensivo, que enseja, apenas, a lavratura de TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência, em razão de que não comporta a prisão em flagrante delito que, por tal motivo, deve ser relaxada.

À atrial foi acostado o documento de fls.04.

¹ Ameaça

Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

Pena - detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

249

Às fls.11, ante a ausência de postulação liminar, solicitei informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.15.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr.Itabira de Brito Filho, ofereceu parecer às fls.21/22, opinando pela prejudicialidade do pedido pela perda do objeto.

Está feito o relatório.

Recife, 10 de fevereiro de 2010

Alderita Ramos de Oliveira
Des^a. Alderita Ramos de Oliveira - Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
249-A

HABEAS CORPUS Nº: 0206331-8

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 001.2009.155071-9

COMARCA : Recife – Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

IMPETRANTE : Yolanda Alexandrino da Silva

PACIENTE : José Nilson Martins dos Santos

RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

A presente impetração almeja o relaxamento da prisão em flagrante do paciente, ao argumento de que se trata de crime de pequeno potencial ofensivo..

Ao prestar suas informações, a MM. Juíza da causa, mediante ofício datado de 21/01/2010, noticia que (fls.15):

"(...) JOSÉ NILSON MARTINS DOS SANTOS foi denunciado pelo Ministério Público, acusado de infração ao art.147, do Código Penal, contra a vítima Taise Aparecida Girardi Bertussi. Em petição atravessada às fls.50/52 do processo nº 0155071-32.2009.8.17.0001, a Defesa requereu a concessão de liberdade provisória ao paciente, o que foi deferido pela decisão de fls.56/57 do referido processo, após parecer favorável do Ministério Público, em que pese a Defesa ter invocado argumentos jurídicos absolutamente inválidos. Por fim, saliento que foi expedido alvará de soltura em favor do paciente no último dia 20/01/2010, conforme cópia em anexo (...)(NEGRITEI)

Vê-se, pois, que a togada monocrática, acolheu o pedido de liberdade provisória formulada pela defesa do acusado, autorizando a soltura do mesmo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

250

À vista do expendido, não há que se falar mais em constrangimento ilegal, o qual, acaso existente anteriormente, cessou em face da soltura do paciente.

Isto posto, com fulcro no disposto no art.659¹, do C.P.P. e, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela prejudicialidade do pedido pela perda do objeto.

Recife, 10 de fevereiro de 2010


Desª. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora

¹ Art.659 – Se o juiz ou o tribunal verificar que já cessou a violência ou coação ilegal, julgará prejudicado o pedido.
JASF / HC nº 206331-8